



Jornal FNE Edição 85 – Jun/09

Nesta edição, Engenheiro traz uma discussão fundamental a ser realizada em âmbito global. Entre os dias 3 e 19 de junho, acontece em Genebra, na Suíça, a 98ª Conferência da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que proporá um pacto mundial pelo emprego e a proteção ao trabalho diante da crise financeira. O encontro reúne representantes de governos, trabalhadores e empresas de 182 países e os engenheiros brasileiros estarão devidamente representados pela CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados).

Ainda sobre as turbulências da economia, um seminário sobre os impactos sofridos pelo agronegócio, realizado em São Paulo, anuncia boas perspectivas para o setor, apesar das dificuldades enfrentadas em função da escassez de crédito. Outra pauta essencial é o desenvolvimento sustentável da Amazônia sul-americana, objeto do fórum em fase de preparação que deve ocorrer entre maio e junho de 2010, no Brasil e no Peru.

Em entrevista, o porta-voz internacional da Marcha Mundial pela Paz e pela Não Violência, Rafael de la Rubia, fala sobre os ideais e a organização do movimento, que propõe o fim das guerras no planeta.

Em C&T, a proposta da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) de cooperação com a indústria. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

Mudou muito nos últimos tempos o ambiente de trabalho para o engenheiro. A atuação desses profissionais quase sempre ficava circunscrita ao projeto e ou à obra, não se dando atenção ao ambiente no qual esses estavam inseridos. Os impactos que provocariam na natureza e na vizinhança não importavam. Ouviam-se expressões do tipo: “Eu sou é engenheiro, isto não é comigo.” Ou seja: “Estou me lixando para o que vai acontecer ao ambiente.”

Na mesma linha, o ensino era voltado a técnicas da engenharia sem se preocupar com o entorno dela e as consequências para a natureza. Esse tempo passou. Agora, o profissional precisa ter sensibilidade política, conhecimento e técnicas para estudar os impactos de suas ações. Tais exigências são cada vez mais fortes e presentes na vida dos profissionais. Além de uma extensa legislação cuja infração pode trazer duras consequências, há ainda a reprovação de clientes e da sociedade em geral a ser enfrentada.

A engenharia foi, é e será um forte recurso de desenvolvimento econômico, social e de melhoria da qualidade de vida do cidadão, mas não pode mais ser usada a qualquer preço, de qualquer maneira e, sobretudo, estar acima do interesse maior dos brasileiros. É preciso buscar melhoria da qualidade de vida, proporcionando facilidades, bem-estar, comodidade e tudo o mais que for possível, mas sem degradar a natureza. Caminhar nessa direção é estar alinhado ao desenvolvimento social.

Conforme já dito, a legislação é farta, porém o cumprimento dela deixa muito a desejar, para dizer o mínimo, e falta conscientização para a questão. Daí a necessidade de colocar o tema em pauta, aproveitando o espaço no Engenheiro. É preciso chamar a atenção dos profissionais para uma reflexão sobre a sua maneira de atuar e buscar conciliar os interesses conflitantes envolvidos nos projetos de engenharia. Há cidades no Brasil nas quais os resíduos da construção civil são maiores que os domésticos. Quão grande é essa perda em um país que demanda muita construção civil? Já se faz alguma coisa, mas pode-se fazer muito mais. Quando a lacuna é grande, uma pequena melhoria representa muito para o todo. Pensemos nisso e sejamos pró-ativos!

João Batista Tibiriçá é presidente do Senge Goiás

CRESCER BRASIL I

Responsável por ¼ do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, perto de 1/3 dos empregos gerados no País e das suas exportações, o segmento não foge à regra quando o tema é o

impacto da crise financeira global: o abalo acontece em graus diferentes, conforme as empresas e cadeias produtivas. Também as perspectivas acompanham as já anunciadas para o Brasil, de que o agronegócio pode sair dessa melhor do que entrou. Foi o que apontou Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, que hoje preside o Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), durante o seminário “A crise internacional e seu impacto na agropecuária e no agronegócio brasileiro”. Promovido pela Aeasp (Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo), com o apoio da FNE e do Seesp, o evento foi realizado na sede desse sindicato, na Capital paulista, no dia 14 de maio último.

Tendo abarcado praticamente 30% do total de investimentos estrangeiros diretos em 2008, o agronegócio brasileiro enfrentou dificuldades quando os recursos escassearam. “Em especial o setor sucroalcooleiro foi perturbado pela crise.” Diretor executivo da Unica (União da Indústria da Cana-de-açúcar), Eduardo Leão Sousa ressaltou: “Seguramente essa foi uma das atividades que mais vinha investindo no País, sobretudo nos últimos quatro anos.” No período, conforme sua fala, foram aplicados US\$ 20 bilhões em novas unidades produtivas. “A janela de oportunidades gerou um ganho de competitividade que não deve ocorrer neste ano. O setor foi pego por falta de liquidez.”

Como salientou Rodrigues, a ausência de crédito foi um problema central; afetou seriamente o agronegócio brasileiro, em especial na exportação, dado o custo elevado da produção. Diretor-geral do Icone (Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais), André Nassar apontou que, como consequência, salto na vendas à Europa, por exemplo, não deve se repetir neste ano. “Plantamos uma safra de grãos no ano passado muito mais cara do que o normal, porque os insumos dobraram de valor. Tivemos que usar mais recursos próprios ou pouca tecnologia, o que levou a nova dificuldade. Esse era o cenário em outubro e novembro de 2008”, detalhou o ex-ministro. Como resultado, disse ele, a produtividade caiu. “Estamos colhendo uma safra um pouco menor e a área plantada também diminuiu.”

A queda nas bolsas – de mais de 50% no valor das ações, segundo Rodrigues – teve ainda impacto sobre o agronegócio, uma vez que as commodities agrícolas são negociadas nesses espaços. Sobre a ação dos chamados fundos de hedges, Ivan Wedekin, diretor de commodities da BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros), salientou: “A volatilidade está ligada aos fundamentos do mercado em que atuam os especuladores, que através de operações nos mercados futuros reforçam tendências.” Consequentemente, segmentos em que a influência dessas movimentações na composição de preços é elevada, como o de grãos, foram afetados de forma mais intensa pela turbulência.

Rumo ao protagonismo

A redução da área plantada em função da crise não é dramática. Até porque, conforme Rodrigues, esta cresceu, nos últimos 20 anos, 26% e a produção aumentou 136%. “Se não tivéssemos investido em tecnologia, precisaríamos ter 2,5 vezes a área plantada atual”, destacou o ex-ministro.

Além da sofisticação na área, a retomada do crédito e a capacidade de incrementar a produção de combustível a partir do álcool da cana-de-açúcar são apontados como pontos favoráveis. “O Brasil tem 72 milhões de hectares cultivados, dos quais pouco menos de 8 milhões com cana, ou seja, 11% da área agricultável, metade para produção de açúcar.” Além disso, tem cerca de 200 milhões para pastagens, 172 milhões cultivados e o restante passível de ser transformado em agricultura, sendo que 21 milhões podem ser usados para plantar cana. “Temos sol, terra e planta, o que nos dá condição de liderar um programa mundial de energia. Nossa competitividade é excepcional e se o Brasil investir, poderá ocupar mercados definitivos.”

Menos vulnerável às turbulências externas – com reservas de US\$ 200 bilhões –, o País pode assumir importante protagonismo mundial, a depender das estratégias que adote. Segundo Rodrigues, é preciso que o agricultor seja um bom gestor e se organize para o trabalho conjunto. É fundamental ainda articulação política, propaganda das potencialidades nacionais e a busca de acordo com os ambientalistas, ponderou ele. Além disso, mão de obra qualificada e inversão em ciência e tecnologia são importantes no processo. Inserido nesse contexto, o engenheiro agrônomo, como concluiu Arlei Arnaldo Madeira, presidente da Aeasp, pode contribuir sobremaneira para a superação da crise.

Para a FNE, sair fortalecido da turbulência exige do Brasil continuidade nos investimentos produtivos, como propugna o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE em 2006, em sua plataforma ao desenvolvimento nacional sustentável com inclusão social.

CRESCER BRASIL II

Começam os preparativos para o II Fórum Internacional de Desenvolvimento Sustentável, a se realizar entre 24 de maio e 6 de junho do próximo ano. Em sua segunda edição, terá como tema central “Engenharia e meio ambiente no processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia sul-americana”. Assim, além de visitas técnicas em cidades do Norte do País, bem como do Peru e da Bolívia, incluirá palestras e debates sobre meio ambiente, geração de energia, a integração da Amazônia sul-americana, ciência e tecnologia e produção sustentável. Trazer à tona os desafios e possíveis soluções a questões relativas a esses pontos é o objetivo. A iniciativa é da FNE, em conjunto com a ONG Engenheiros Solidários, e conta com o apoio da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados). Segundo o presidente da organização não-governamental e diretor regional da federação, Sebastião Fonseca, pensar a viabilidade socioeconômica da floresta, com preservação, é central nesse debate. “A questão da Amazônia sul-americana, que abrange oito países (Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Guiana, Suriname e Venezuela), se insere na discussão ambiental, que se coloca hoje como agenda mundial. É imprescindível para atacar não só o

problema das queimadas, mas também apontar um novo modelo de desenvolvimento nacional.” Conforme observa ele, na região há grandes cidades, como Belém e Manaus, com potencial para crescer com sustentabilidade. Haja visto que há áreas intocadas, enquanto outras vêm sendo desmatadas.

Fonseca destaca que o debate no fórum deve indicar os caminhos para a expansão da Amazônia nos moldes pretendidos: sem devastação e com distribuição da renda e riqueza. Assim, na sua ótica, não pode ficar de fora a discussão sobre como inserir a população local nesse processo, qualificando-a para o manejo correto da floresta e dotando-a de melhores condições de vida. “É impossível preservar a Amazônia sem incluir o cidadão.”

Nesse contexto, o presidente da ONG considera essencial que a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio em Porto Velho, Rondônia – cujas obras fazem parte do roteiro de visitas técnicas no fórum –, contemple a região. Ou seja, que a energia gerada sirva também aos habitantes da Amazônia e que os recursos obtidos com o empreendimento sejam revertidos ao desenvolvimento local. Além disso, Fonseca ressalta a necessidade de investimento não apenas em ciência e tecnologia e produção sustentável, mas também em pesquisa. De acordo com o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – lançado em 2006 pela FNE, que propugna por um plano nacional de desenvolvimento sustentável com inclusão social –, é fundamental capacitar e qualificar as instituições e profissionais da região para que sejam os principais geradores de know how sobre aquele território. Ainda segundo as diretrizes que aponta, as políticas de C&T para a área “devem focar a busca de conhecimentos voltados à conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos e à gestão integrada do território. É necessária uma verdadeira revolução nesse sentido, visando o domínio da sua biodiversidade e a descoberta de atividades apropriadas e de novas alternativas econômicas”.

Conhecendo a região

Realizar o fórum internacional é mais do que retomar essas questões; é envolver os engenheiros, profissionais, poder público e movimentos sociais da Amazônia na discussão sobre o que se deseja para a região. E ainda propiciar que seja conhecida por especialistas e demais interessados em contribuir ao seu desenvolvimento com sustentabilidade. Com esse mote, as visitas técnicas previstas incluirão cidades, mas também grandes empreendimentos que vêm sendo feitos. Além das hidrelétricas, durante o fórum, os participantes percorrerão a Transoceânica, também conhecida como Estrada do Pacífico, cuja conclusão está prevista para 2010. Esta vai de Assis Brasil, no Acre, até Cuzco, no Peru. O término dessa visita se dará no Estado do Acre, em Seringal Cachoeira, Xapuri, cidade de Chico Mendes, em que painel tratará de tema central: meio ambiente. Uma das convidadas é a ex-ministra de Meio Ambiente, Marina Silva.

Outras personalidades deverão participar das discussões que povoarão a programação, tais como ministros de Estado e parlamentares, entre os quais o deputado federal Ciro Gomes (PSB-CE) e os senadores Kátia Abreu (DEM-TO) e Tião Viana (PT-AC). Além de especialistas como o presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Marcio Pochmann, e os professores José Roberto Cardoso (vice-diretor da Escola Politécnica da Universidade de São

Paulo) e Marco Aurélio Cabral Pinto (Universidade Federal Fluminense). Até mesmo artistas, como Christiane Torloni, que recentemente criou, juntamente com seus colegas Victor Fasano e Juca de Oliveira, o movimento “Amazônia para sempre” serão convidados. O intuito é de dar visibilidade ao fórum e, com isso, cumprir seu objetivo de estimular a criação de uma rede público-privada permanente de interlocutores do desenvolvimento sustentável da região.

SINDICAL I

Atuação mundial coordenada na busca da superação da turbulência financeira internacional. Propostas para tanto devem ser apresentadas na 98ª Conferência Internacional do Trabalho, da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a se realizar de 3 a 19 de junho, em Genebra, na Suíça. Na visão da entidade promotora, o compromisso dos participantes de cumprimento de um pacto global pelo emprego poderia acelerar a recuperação dos impactos da crise sobre o trabalho, em todo o mundo. Os engenheiros brasileiros têm importante papel a cumprir nesse processo, o que deverá ser enfatizado na conferência pela CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados). Através dessa organização lançada publicamente há pouco mais de seis meses, a FNE e outras entidades a ela filiadas estarão representadas. Seu presidente, Murilo Celso de Campos Pinheiro – que também está à frente da FNE –, levará à conferência a presença e importância sobretudo da mão de obra qualificada para a construção do pacto desejado.

Para lograr êxito, esse deve incluir uma série de ações, apontadas em documento da OIT intitulado “Enfrentando a crise mundial do emprego – A recuperação mediante políticas de trabalho decente”. Entre elas, a ampliação de medidas de proteção social, o apoio a grupos e setores vulneráveis, a aplicação em qualificação profissional, o fortalecimento dos mecanismos de negociação coletiva, o apoio em especial às pequenas e médias empresas e o investimento em infraestrutura. Aí se inserem incentivos e inversões favoráveis às tecnologias que garantam eficiência energética e a criação dos chamados “empregos verdes”. Além disso, a redução da jornada de trabalho é recomendada.

A CNTU já vem defendendo ações semelhantes para o Brasil, que se encontra em situação menos vulnerável do que países centrais – suas reservas eram de cerca de US\$ 200 bilhões em setembro de 2008, quando a crise começou a ser sentida. Embora nem por isso tenha deixado de ser afetado, recaindo o ônus sobre trabalhadores em diversos setores e empresas, em especial ligados à exportação.

Cimentando o caminho

Ao enfrentamento dessa conjuntura global, a OIT realiza, portanto, o que denomina de “um chamamento à mobilização”. A conferência constitui um fórum representativo a que esse apelo seja ouvido: sua constituição é tripartite, com a presença de membros de governos, de entidades de trabalhadores e de empregadores de 182 estados-membros da organização internacional. Na sua concepção, expressa no documento, adotado nacional, regional e mundialmente, o pacto contribuiria tanto à superação da “primeira crise sistêmica da globalização” quanto para “cimentar a via do trabalho decente, que nos conduzirá à recuperação e ao crescimento sustentável”.

Radiografia da conjuntura mundial aponta o desafio proposto. Segundo exposto no documento da OIT, em 2008, o desemprego aumentou em 14 milhões e suas perspectivas são de que neste ano somem-se a esse contingente mais 18 a 30 milhões de cidadãos. “Nos estados-membros da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), mais de 7 milhões de pessoas passaram a engrossar as listas do desemprego entre janeiro de 2008 e janeiro de 2009. Nos Estados Unidos, perderam-se 5,4 milhões de postos entre julho de 2008 e fevereiro de 2009. (...) A Espanha registrou uma perda de 766 mil no primeiro trimestre deste ano e sua taxa de desocupação disparou a 17,4%, o que representa mais de 4 milhões de pessoas desempregadas. (...)” Nos países em desenvolvimento, ainda de acordo com a OIT, as demissões têm ocorrido sobretudo em indústrias da economia formal, em sua maior parte orientadas à exportação. O Brasil se inclui nesse contexto.

Além de revelar as conseqüências aos trabalhadores, a organização indica os primeiros atingidos: os setores da construção, manufatureiro e empresas que atuam junto ao mercado externo. No documento, o resultado: “A previsão é que se diminua a renda per capita nos países que representam boa parte da economia mundial. O Banco Mundial estima que, somente em 2009, 53 milhões de pessoas serão empurradas à pobreza (isto é, deverão subsistir com menos de US\$ 1,25 dos Estados Unidos ao dia).” Entretanto, a força de trabalho continua a se expandir. “A população economicamente ativa, que hoje é de cerca de 3,3 bilhões de pessoas, está aumentando a cada ano, com a chegada de aproximadamente 45 milhões em busca de emprego.” A OIT alerta: “Dezenas de milhões de jovens estão a ponto de abandonar a escola e ingressar em um mercado deprimido. A falta de oportunidades de trabalho decente para quem apenas inicia sua vida laboral poderá comprometer permanentemente suas perspectivas futuras.”

A fazer frente a isso e reativar o crescimento, a proposta é que os diversos destinos adotem medidas internas no marco de políticas fiscais e monetárias destinadas a revitalizar a demanda. “Só o efeito combinado das políticas nacionais de todos os países permitirá que os intercâmbios comerciais voltem a atuar como motor de crescimento.” A conferência objetiva ainda a discussão do desenho de uma nova norma laboral sobre temas transversais, como “igualdade de gênero no contexto da globalização” e “HIV e o mundo do trabalho”.

SINDICAL II

MA

Posse reúne 180 convidados

Em 15 de maio último, foi empossada a diretoria do Senge-MA, em solenidade no salão de eventos do Brisamar Hotel, reunindo 180 convidados, entre profissionais, representantes do Estado, do município, de entidades de classe e da sociedade. Segundo Maria Odinéa Ribeiro, reeleita para comandar a entidade no triênio 2009-2012, essa direção pretende mostrar a importância da engenharia para o desenvolvimento da economia do Maranhão e do Brasil, bem como buscar a união da categoria na luta por salários dignos, crescimento profissional e cada vez mais espaço nas decisões políticas em favor de todos. Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da FNE e da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), parabenizou a diretoria pelo trabalho na gestão anterior e declarou apoio total às iniciativas do sindicato. A cerimônia contou ainda com a presença dos secretários Max Barros (de Infraestrutura do Maranhão), Cláudio de Carvalho (de Obras e Serviços Públicos de São Luís) e adjunto municipal José Arthur Cabral (de Trânsito e Transporte); do deputado federal Pedro Fernandes (PTB) e do vereador José Joaquim Guimarães Ramos (PSDB); de Valdimar Azevedo de Carvalho, coordenador do curso de Engenharia Civil da Universidade Estadual do Maranhão, do professor Frederico Burnett, também dessa instituição, entre outros.

Secretário assegura parceria

O secretário de Infraestrutura do Estado do Maranhão, Max Barros, durante sua posse no dia 6 de maio, assegurou à presidente do Senge-MA, Maria Odinéa Ribeiro, uma parceria com o sindicato em prol das ações voltadas ao desenvolvimento do Estado.

RS

Senge pede arquivamento de PL

O presidente do sindicato, José Luiz Azambuja, em correspondência enviada no dia 13 de maio à bancada gaúcha na Câmara Federal, solicitou o arquivamento do Projeto de Lei 2.824/2008, do deputado Zequinha Marinho (PMDB-PA), que proíbe os engenheiros agrônomos e veterinários de exercerem a profissão de zootecnista. No ofício, explicita as razões que levam o sindicato a adotar esse posicionamento: "O engenheiro agrônomo tem formação plena e competência profissional para atuar nessa área, inclusive com possibilidades de especialização, e não pode ter seus direitos cassados e cerceados. Ao contrário, ele tem o direito e o dever de continuar contribuindo para o desenvolvimento do setor e a elevação dos índices de produtividade que podem e devem ser melhorados." Além disso, ainda lembra que "o projeto contraria a Resolução 1.010/05 do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e a Lei 5.194/66, que estabelecem respectivamente as atribuições e a regulamentação dos engenheiros agrônomos", ressaltando que a "aprovação do projeto

significa aumento de custos para os agricultores e pecuaristas, segmentação da responsabilidade técnica e degradação dos programas de pesquisa nas faculdades de agronomia”.

PI

I Eco Piauí acontecerá em Teresina

Está programado para 18 e 19 de junho o I Eco Piauí (Encontro de Meio Ambiente do Estado do Piauí), em Teresina, dentro do projeto “Cresce Brasil + Desenvolvimento + Engenharia”. Nas palestras, serão abordados os temas energia renovável, conjuntura da política nacional e a superação da crise, desmatamento e o avanço da desertificação, erosão rural, saneamento ambiental, além do Plano Estadual de Recursos Hídricos e a regulação no setor e saneamento. Segundo Antônio Florentino de Souza Filho, presidente do Senge-PI, “será um grande fórum do qual poderemos sair com propostas técnicas e políticas para soluções dos problemas que vive hoje o povo brasileiro, em especial no nosso estado”. Entre os palestrantes estarão Wilson Martins, vice-governador do Estado; Carlos Monte, consultor do projeto “Cresce Brasil”; Leodegar Tiscoski, secretário nacional de Saneamento Ambiental; Baltazar Melo Sobrinho, presidente da Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina. A realização é do Senge-PI e da FNE. Mais informações pelo telefone (86) 3302-4661.

SC

Entidade incrementa atividades

Durante reunião do Conselho Diretor do Senge-SC, realizada de 1º a 3 de maio último, na cidade catarinense de São Francisco do Sul, foi apresentado o projeto de parceria com a RBS (Rede Brasil Sul de Comunicação) para criação de um concurso dos melhores projetos para um mundo sustentável, entre formandos de engenharia. Além disso, o presidente do sindicato, José Carlos Rauen, expôs as realizações da entidade na atual gestão e o planejamento para 2009. Entre as atividades propostas estão os seminários “Informação sindical”, que visa capacitar os representantes dos trabalhadores para que possam agilizar as negociações, e de “Responsabilidade técnica dos profissionais nas empresas”, ainda neste semestre, sob a coordenação de Alexandre Trevisan. O objetivo é esclarecer os profissionais da engenharia quanto às responsabilidades inerentes à profissão e suas atribuições. “Ações diretas nas universidades” é outro projeto previsto, que, por meio de termo de cooperação técnica já assinado com a Universidade Federal de Santa Catarina, orientará os formandos sobre os aspectos de sua vida profissional e do mercado de trabalho, além de aproximá-los das entidades de classe. Será coordenado por Carlos Abraham, diretor de comunicação do Senge.

Curso de pós-graduação

Estão abertas as inscrições à segunda turma do curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, realizado em parceria com a Faculdade Estácio de Sá, de Santa

Catarina. Coordenado pelo professor Luiz Abner de Holanda Bezerra, é dirigido a engenheiros e arquitetos e visa preparar profissionais para atender às exigências do Ministério do Trabalho e Emprego e da Norma Regulamentadora nº 4.

ENTREVISTA

Uma mensagem que pode parecer utópica a muitos, mas para outros tantos já é crucial e urgente, atravessará o planeta a partir do dia 2 de outubro próximo. Na data – uma homenagem ao nascimento do líder pacifista Mahatma Gandhi – terá início a “Marcha mundial pela paz e pela não violência”, saindo da Nova Zelândia e chegando ao Aconcágua, na Argentina, três meses depois, passando por todos os continentes e cerca de 90 países, inclusive o Brasil. Iniciativa da organização “Mundo sem guerras”, o movimento pretende conscientizar povos e governos sobre o tema. Sustentado basicamente pela militância voluntária, já conta com apoios importantes, como dos presidentes do Chile, Michelle Bachelet, e da Bolívia, Evo Morales. Em entrevista ao Engenheiro, o porta-voz internacional da marcha, o espanhol Rafael de La Rubia, falou sobre as motivações e objetivos da ação global.

Como nasceu a proposta da marcha mundial pela paz e pela não violência?

A ideia surgiu da associação humanista “Mundo sem guerras” e resultou de uma confluência de fatores. Por um lado, observar um agravamento internacional com cada vez mais conflitos. Por outro, a impotência dos cidadãos que querem a paz frente a governos que não resolvem seus problemas enquanto mantêm posturas beligerantes tanto na política exterior, quanto internamente. Além disso, diante da atomização dos grupos pacifistas e não violentos no mundo, exigia-se uma ação que aglutinasse a todos os que estamos lutando por esses ideais de paz. Compreendeu-se a necessidade de dar uma resposta mundial a um problema global, pois as respostas locais e parciais não foram eficazes. Esses são muito sinteticamente alguns dos elementos que estão na origem da marcha.

Quem está envolvido com a organização politicamente?

A marcha tem um componente político muito claro, com reivindicações como: eliminação total das armas nucleares; retirada dos exércitos que ocuparam territórios em outros estados; assinatura de tratados de não agressão; desarmamento progressivo e gradual; e renúncia à guerra como forma de resolver conflitos. Porém, a marcha não está ligada a qualquer partido, está aberta a todos que apoiem essas propostas.

Do ponto de vista logístico e financeiro, como o movimento se viabiliza?

Os membros da equipe base que farão o percurso simbólico (da Nova Zelândia à Argentina) se autofinanciam e os eventos e atos em cada país serão custeados pelas organizações locais. Não temos grupo financeiro que nos dê suporte e queremos nos manter independentes para ter total liberdade de ação e expressão.

Como estão as adesões ao movimento? Está tendo a repercussão esperada?

Está chegando uma grande quantidade de adesões. É notável que estejam aderindo também líderes de governos, o que é uma novidade. Começou com a presidente do Chile, Michele Bachelet, depois vieram Evo Morales, da Bolívia, e Rafael Correa, do Equador. Mas há apoio também em outros campos, são cerca de 2 mil organizações, detentores do Prêmio Nobel, artistas, intelectuais, somando mais de 400 mil adesões.

A proposta da marcha parece bastante utópica, tendo em vista a quantidade de conflitos étnicos, religiosos e políticos, que quase invariavelmente levam à violência. Quais as chances reais de acabar com as guerras e fazer com que os países se desarmem?

Primeiro, é preciso criar consciência – o que é bastante difuso, mas decisivo – sobre a necessidade da paz ou não se vai alcançá-la. Temos um exemplo recente de como em pouco tempo houve conscientização com o tema ecológico. Hoje, todo o mundo sabe que não é conveniente poluir, o que não era tão evidente há poucos anos. Será possível acabar com as guerras no dia em que as pessoas saírem às ruas em todo o globo e exigirem isso dos governos. Como há pouco fez o povo estadunidense, votando por outra opção.

E como criar uma cultura geral de não violência? Como isso está presente no dia a dia das pessoas e como elas podem mudar?

Temos que caminhar para um humanismo social, que tenha como centro o ser humano, é preciso lutar contra a discriminação de qualquer tipo. Dinheiro, Estado, religião devem estar a serviço do ser humano e não o contrário, como ocorre hoje. Potencializar o desenvolvimento da ciência e do conhecimento, mas sempre a serviço do homem e não contra ele, como se faz nas pesquisas militares que visam a destruição. Queremos criar consciência de que a violência e o confronto não são o caminho, não são a solução dos problemas. Além disso, a violência não é só física, há também outras formas, como racial, religiosa, econômica, de gênero, ou psicológica. Esses são elementos que, junto com a metodologia da não violência e com essa marcha mundial, podem criar novas condições para virarmos uma página e sairmos definitivamente da pré-história humana.

Para saber mais:

www.marchamundial.org

C&T

O esforço para dotar as empresas nacionais de competitividade ganhou uma aliada de prestígio, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), que criou uma comissão formada por 22 sociedades científicas com a pretensão de fornecer diretrizes à elaboração de políticas públicas industriais e de C,T&I (Ciência, Tecnologia e Inovação).

“Vamos fazer propostas realistas para os diversos setores da indústria com o objetivo de mostrar o quanto C&T é importante e como pode contribuir para o desenvolvimento através da capacitação tecnológica”, explica o presidente da SBPC, Marco Antonio Raupp.

Para a elaboração do documento “Ciência para um Brasil competitivo”, serão analisados e discutidos estudos e pesquisas já existentes, incluindo a experiência de outros países. A SBPC realizará também workshops com representantes de associações industriais e de órgãos do Governo com o objetivo de facilitar o intercâmbio entre o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação dentro da indústria. “A ideia é criar um modelo brasileiro que seja eficiente e contemple as contribuições das ciências básicas e das engenharias”, conta o coordenador da comissão, o professor Roberto Mendonça Faria, do Instituto de Física da USP (Universidade de São Paulo), em São Carlos.

Segundo ele, os trabalhos ainda estão no início, mas algumas diretrizes já foram estabelecidas para implementar a iniciativa. “A comissão será dividida em pequenos grupos para tratar de cada setor industrial. Vamos realizar dois tipos de encontros, um de cada subcomissão e outro com toda a equipe para ver como está o andamento geral e especificamente de cada segmento. A meta é finalizar o documento em um ano.”

Faria também participou da elaboração de um documento similar direcionado à área da Física, encomendado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e organizado com a colaboração da SBF (Sociedade Brasileira de Física). “Esse primeiro trabalho teve um impacto bastante positivo porque várias propostas foram implantadas por órgãos do Governo Federal, entre elas o Sibratec (Sistema Brasileiro de Tecnologia), instituído pelo MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia), voltado também ao desenvolvimento tecnológico do setor empresarial.”

Contribuição da engenharia

De acordo com Renato Zângaro, presidente da SBEB (Sociedade Brasileira de Engenharia Biomédica), que integra a comissão, a ideia é reunir profissionais dos diferentes segmentos da profissão para debater questões relacionadas ao tema. “A engenharia é o principal setor responsável pelo desenvolvimento de tecnologia e inovação no País. Por isso, as propostas finalizadas devem servir como balizamento para que o estado brasileiro possa aplicar recursos de maneira a alavancar os diferentes setores estratégicos.”

Zângaro explica que os países com alto grau de desenvolvimento tecnológico investem fortemente em pesquisa para determinar seus principais gargalos e, de posse dessas informações, implementam seus planos estratégicos para aplicação e condução das políticas de C,T&I. Dessa forma, é necessário levar em conta a questão da infraestrutura, a capacidade produtiva e a demanda existente no Brasil. “É primordial a formação de mais engenheiros, o aumento de redes de desenvolvimento para que as indústrias possam atuar de maneira conjunta em projetos de maior envergadura, a capacitação em gestão dos profissionais envolvidos e a disponibilidade de informações que permitam a elaboração de planos estratégicos para as empresas. Assim, a implementação das propostas vai impactar positivamente o setor empresarial brasileiro, que afinal de contas é o responsável direto pela força produtiva, gerando emprego e renda.”

Desafios

Faria ressalta que enquanto o Brasil é considerado um país inovador nas áreas de energia e agricultura, ainda carece de avanços significativos em outros setores, como o da química fundamental, principal gerador de insumos básicos para uma boa gama de empresas, que inclui desde a farmacêutica até a têxtil. “Hoje temos indústrias fabricando remédios aqui, mas os insumos são comprados lá de fora. Temos que acabar com essa dependência. Esse é apenas um dos problemas a serem solucionados com o documento”, informa.

Outra área que merece atenção é a da micro e nanoeletrônica, que importa inúmeros componentes. “O déficit da nossa balança comercial aumenta ano a ano. Todo o mundo consome novos televisores, computadores, celulares, enfim, precisamos fabricar mais não apenas para inovar e competir, mas também para suprir a demanda interna. O Brasil precisa de uma política agressiva e inovadora no setor produtivo”, opina Faria.